



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
COORDENAÇÃO-GERAL DE CENTRALIZAÇÃO DO RPPU

ANEXO III
PORTARIA SGP/SEDGG/ME Nº 4.645, DE 24 DE MAIO DE 2022

Declaração - filho, enteado, menor tutelado e irmão

Eu, [_____] , portador do RG nº [_____] e do CPF nº [_____] , representante do menor [_____] , declaro para os devidos fins e efeitos legais, sob as penas da lei, que o requerente ao benefício de pensão:

- é emancipado (caso o(a) dependente seja maior de 16 anos e menor de 18 anos)
- não é emancipado (caso o(a) dependente seja maior de 16 anos e menor de 18 anos)
- incorreu em pelo menos uma das situações abaixo (caso o(a) dependente seja maior de 18 anos)
- não incorreu em nenhuma das situações abaixo (caso o(a) dependente seja maior de 18 anos)

Nos termos do art. 5º do Código Civil, a emancipação ocorrer nas seguintes situações:

pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos;

pelo casamento;

pelo exercício de emprego público efetivo;

pela colação de grau em curso de ensino superior;

pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.*

Declaro, ainda, que tenho consciência de que constitui crime, previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, prestar declaração falsa com o fim de criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante e que a penalidade aplicada no seu cumprimento varia de 01 (um) a 03 (três) anos de reclusão e multa.

Local e data: [_____] , [_____] de [_____] de 202[____]

Assinatura do beneficiário/pensionista

(*) Anexar comprovante/contracheque dos valores recebidos, em caso de recebimento de renda em decorrência da relação de emprego, público ou privado.